

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DO SISTEMA ÚNICO DO TRABALHO

ENTIDADES: CONDSEF, FENASPS, CNTSS, SINAIT

Data: **08 a 10/08/2014.**

Estados Presentes: **AC, AL, AP, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RN, RR, RS, SC, SE e SP.**

FALA DO SINAIT: Expuseram as dificuldades dos trabalhadores do Brasil. A redução do quadro de servidores na América Latina, que ainda existem muitas dificuldades no combate degradante, o resgate do trabalho escravo, infantil, agora o registro do empregado doméstico. Os AFT enxergam o SUT como ameaça à carreira da inspeção, que a nova lei do supersimples é outra ameaça aos AFT.

FALA DA FENASPS: O M.T.E já foi o ministério mais importante da república, mas vários governos liberais desmontaram o órgão. Porém, o SUT na maneira proposta não contempla os trabalhadores do Brasil. A categoria dos servidores anseia que seja fortalecida a carreira dos servidores administrativos. Urge uma mudança para a melhoria do atendimento aos servidores que estão na ponta e será feito um debate intenso entre todas as categorias, que a categoria tem anseios. Defendemos a necessidade de um sistema fortalecido que contemple os servidores da casa.

FALA DA CNTSS: Nenhuma entidade sindical irá contra melhorias do sistema aos trabalhadores do país, porém, não abrem mão dos interesses dos servidores. Quando se fala de SUT lembra-se do SUS. Que o presente da categoria não é uma situação confortável. Por exemplo, no estado de Alagoas, agora que se conseguiu um novo local para a SRTE. Há falta de dinheiro para o dia a dia. Discute-se o SUT e esquecemos do presente. A verba está tão reduzida que retiraram os vigilantes do Sergipe e deixaram apenas os recepcionistas. Esse seminário precisa de um espaço para o presente e após discutir o resultado do evento com todas as Centrais.

FALA DA CONDSEF: Esse momento é único para discutir a situação, não só do SUT, mas do M.T.E. O MPOG informa a necessidade de mais de 200 mil servidores para servir de maneira satisfatória a população do país. Entretanto, muitos servidores irão se aposentar em breve, daí esse número sobe para 320 mil. Repise-se, que esse Ministério já foi cabeça de ponte, mas há mais de uma década os servidores administrativos lutam por uma carreira e, todavia, fica em segundo plano. Há uma desconexão da carreira dos administrativos do M.T.E em relação a outros ministérios. Ademais, ocorre uma evasão elevada de servidores administrativos. Os servidores debaterão nesses três dias e que sejam acolhidos os encaminhados. A CONDSEF não tem boa memória da descentralização do SUS, pois, na prática, a realidade é outra. Enfim, que haja melhorias nas condições de trabalho e um plano de carreira para esses servidores.

FALA DO MINISTRO: A constatação acima ocorre há muito tempo e o debate ocorre para nos posicionarmos sobre o sistema. Todos os interessados que precisam dos resultados dos serviços públicos do M.T.E. e que esse recupere o seu protagonismo. O M.T.E tem uma capilaridade muito grande. Todas as interfaces da economia

interferem na vida dos trabalhadores. Temos grandes prioridades e desafios. 1. Provar a importância do serviço público para atender o interesse da maioria da população. E para combater o estado liberal, temos que provar por intermédio da estrutura que funciona. Noutro lado, o empresariado afirma que o estado está inchado, o que não é verdade. O M.T.E têm um déficit enorme de servidores, mas os servidores da Casa têm se dedicado, a garra e gana deles em face do acúmulo dos problemas e serviços que cada vez é maior. Dobramos nos últimos anos o número de empregados formais. Temos 60% de trabalhadores formais. As demandas aumentaram e o M.T.E sofreu uma diminuição do quadro funcional e nessa medida o servidor não recebe uma remuneração condizente. Destravamos muitas coisas, temos seis SRTE interditas há cerca de seis meses. Só agora iremos iniciar as reformas delas e de outras 100 unidades. Criamos a ouvidoria para que se abra o M.T.E, Universidade do Trabalhador, fiscalização eletrônica, reforçamos a tecnologia, 5 SRTEs estão implantando o agendamento eletrônico do atendimento, criou-se o observatório do trabalho, debate sobre políticas públicas porque no debate encontramos soluções e de maneira que as demandas importantes sejam atendidas. Na hora do pleno emprego devemos realizar esses debates. Melhorar e recuperar este M.T.E. Suspendeu-se os convênios que debilitavam o órgão. Este Ministério é alvo de quem não quer ver a melhoria do M.T.E. Há uma luta histórica entre o Capital e o Trabalho. Outro problema era o Registro Sindical. O mal é a demora da concessão do registro para defesa de seus filiados. Até o fim do ano iremos zerar os pedidos de Registros Sindicais. Temos desafios enormes acerca da qualificação para recuperarmos o protagonismo do M.T.E. Temos que dar força ao órgão e precisamos de um novo M.T.E ágil e que possa desenvolver ações para que os resultados oferecidos sejam os melhores. O SUT é o resultado dos debates dentro do M.T.E. a partir da 1ª Conferência para discutir o Trabalho Decente. Foi no decorrer desta discussão que se propôs uma gestão moderna e ágil às nossas necessidades. Que o M.T.E faça parcerias entre os entes da federação para evitar a superposição de ações. Essa proposta visa também isso. A Comissão foi designada no início do ano a qual é composta por várias entidades. Em abril a Comissão terminou o seu trabalho. Chamou-se as entidades, entes da federação, FONSET, prefeituras etc. Revitalizar os conselhos municipais e estaduais porque eles conhecem a sua realidade. O projeto de lei não é acabado. A Inspeção ficou preocupada. A lei posta clara é o Projeto de Lei do SUT ainda não está acabado. O novo Presidente tem que fazer algo para profissionalizar o serviço público. A Dilma já colocou em sua agenda um debate do serviço público. Que o M.T.E seja outra vez protagonista no cenário do país. Não temos como negar a discussão. Isso é a vontade do coletivo para a recuperação desse protagonismo. Estou Ministro e vocês são servidores. A última notícia é que 95% dos servidores do último concurso evadiram. Tudo chega ao fundo do poço. O objetivo não é acabar com o M.T.E. Lutei a vida inteira e quero ser útil e se puder ajudar um pouco para a melhoria, ficarei feliz. A rua é onde os trabalhadores encontram os seus direitos. A democracia se consolida por uma gestão eficaz e competente. Após tudo isso haverá uma consulta pública, depois bateremos o martelo e enviaremos o projeto de lei. Com o SUT necessitaremos de muitos servidores preparados e capazes e será necessário um plano de carreira.

Perguntas: A quem encaminhar o plano de carreira dos servidores administrativos se a presidenta na ocasião de sua campanha presidencial prometeu uma carreira a nós e a não cumpriu?

2. A estrutura da Saúde foi reformada e colocada à disposição da iniciativa privada. Ademais, a iniciativa privada está pressionando para que não haja um Ministério forte. De qual lado está esse Ministro?

3. O M.T.E construiu as conquistas e os direitos com muita luta. Todavia, temos que protestar como nas manifestações de junho. As manifestações de rua foi para reivindicar serviços públicos de qualidade. O que nós esperamos é que as vozes das ruas sejam ouvidas. Os movimentos de ruas têm sido criminalizados, nós fizemos uma greve legal, ainda pagamos como forma de criminalização das lutas. Agora vem esse projeto para descentralizar os nossos serviços. Pode ser que na sede não haja alteração, mas nas Unidades ocorrerão fechamentos de Agências como ocorre. A prioridade é resolver o problema das seis SRTE interdidadas. Há que se resolver o problema do concurso. Estes 450 servidores administrativos aprovados no último concurso também irão embora assim que forem aprovados em outros concursos e pelas péssimas condições de trabalho, isso é considerado pela justiça como Assédio Moral Coletivo.

4. Porque após dois anos essa discussão do SUT chegou só agora aos servidores da Casa? Defendemos o sistema SUT nas mãos do Estado.

5. Desde o Aviso Ministerial no. 30 os Gestores sabem da demanda dos servidores administrativos e, novamente, querem retomar a discussão disso.

6. Todos os que compõem a mesa, exceto o Ministro, foram contra o projeto. Mas o governo insiste nele e o que será dos servidores do M.T.E?

7. Esse encontro seria a pá de cal no sepultamento do M.T.E? Nas duas Conferências do Trabalho Decente não haviam representantes dos servidores federais do M.T.E. e, no entanto, lá diziam que fomos representados.

8. Os servidores fizeram uma análise do Projeto de Lei e aferiram várias incongruências entre a Constituição, Convenção 81 da OIT e outras. A inspeção não poderia permanecer sob o controle de municípios e estados onde o poder privado tenciona acabar com a fiscalização federal. E, no SUT, ficaríamos sujeitos aos Conselhos. Na minuta vem a Inspeção no Sistema onde tem uma entidade empresarial dirá como funcionará o Sistema? Onde entra a Inspeção do Trabalho, pois esse é o órgão que tutela os trabalhadores e os previne da morte.

9. Convenções 81 etc da OIT determinam que os agentes tenham as garantias, e nos municípios existem as debilidades notórias a todos etc.

10. Esse Projeto de Lei do SUT foi uma surpresa. Em nossa greve de 2010 foi exposto ao país sobre a precarização do M.T.E. O Aviso Ministerial no. 30 foi objeto de discussão entre os servidores e agora recomeçar toda essa discussão que já havia sido assentada pela base? O FAT ser repassado para municípios e estado? Já vimos os escândalos!

11. As mesas nacionais de negociação não funcionaram e o governo só encaminha àquilo que é de seu interessa. Não acreditamos que um funcionário do município irá para o enfrentamento contra empresários que patrocinaram a campanha dos prefeitos.

12. Descentralizar da forma posta no SUS seria desresponsabilizar a União à qual cabe gerir as políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Antes, deveria ser iniciada a discussão no MPOG sobre o destino dos servidores do órgão. E, que se for assim como quer o governo, o M.T.E será mero repassador de recursos aos estados e municípios e o Ministério ainda é o único instrumento de defesa da classe trabalhadora.

MINISTRO: O M.T.E não perderá nenhuma das suas atribuições. O SUT não mudará a lei posta. A intenção do governo é não fragilizar o órgão, mas não podemos ficar quietos ouvindo a reclamação do povo. Não terá SUT se não houver mudanças, concursos e carreira. O SUT será levado a debate e feito um debate. A decisão passará pelo coletivo. Tenho compromisso histórico, quero um estado forte e que responda as demandas dos trabalhadores, dos excluídos. Não é possível fazer em 12 anos o que as elites não fizeram em centenas de anos. Alimentar milhões de pessoas, e quem come pensa. Dilma disse que não assinará nenhuma lei que prejudicar os trabalhadores. Temos que agregar, que tragam contribuições e não apenas o plano de carreira. Alguma coisa tem que ser feita. Não vamos discutir o que é negativo. Se fragilizar a discussão não avançará. Se quisermos um estado forte não iríamos fragilizar o estado.

SISTEMA UNICO DA SAUDE: EC 29 - Financiamento para a saúde. Somente em 2012 foi promulgada. Os municípios participam com 15%, 12% dos estados; União com a variação do PIB. Mas a união arca com percentuais menores. Os orçamentos passam pelos Conselhos. Em vários estados não cumprem com as cotas. Muitos municípios fazem terceirizações de serviços essenciais da saúde. É importante saber qual o percentual da participação dos servidores nos Conselhos do SUT. Há um debate pelos serviços públicos de saúde o qual se divide pelo público e privado.

FALA DO SPPE/M.T.E: SISTEMA ÚNICO DO TRABALHO: As discussões iniciaram em 2004. A gestão da saúde é do poder executivo. Uma das deliberações foi a discussão do SUT. Após, veio à consolidação e concluída no final de 2012. Depois houveram os seminários nas regiões do país e mostrou-se a necessidade do SUT. Em outubro de 2013 foi criado um documento inicial base para ser atacado. Serão realizadas quantas discussões necessárias.

Não existe possibilidade de cessões de estrutura e servidores. Não existem convênios e nem repasse para a iniciativa privada. Nem a municipalização da inspeção. As atividades de qualificação, intermediação e do atendimento poderão ser compartilhadas como já ocorre. Hoje não tem nenhum controle social sobre os repasses dos recursos. Existem setores que não repassam recursos e recebem benefícios, assim o projeto prevê que se houver desoneração, a União terá que repassar os recursos. As comissões terão poderes deliberativos e não meramente consultivas.

PERGUNTAS: O que está se discutindo é o futuro dos servidores do M.T.E. Se o parâmetro é o SUS por que ainda existem muitos usuários nos corredores dos

hospitais e mortes sem assistência médica? Como implantar o SUT se não se resolvem os problemas do M.T.E?

Que essa discussão envolva toda a classe trabalhadora e não meramente a corporativa.

Ademais, e se o sistema não atingir as metas os servidores administrativos serão prejudicados em suas gratificações?

FALAS DA SPPE/SUS: Não existe pressão nenhuma dos municípios, mas sim pelos repasses do FAT. Se o M.T.E tiver condições de ter uma auditoria dos recursos será excelente. O Governo entende que é competência da União suprir os recursos da folha de seu pessoal, apesar de que existe previsão no projeto para custeio apenas para os estados e municípios. Que o SUS serve de parâmetros para vários países.

O FAT E O SISTEMA NACIONAL DE EMPREGO

Alexandre Ferraz – Subseção Dieese – CUT NACIONAL

O art. 239 da CF determina que os recursos de 40% disponibilizados ao BNDES tivesse a manutenção da correção. Estimamos que o BNDES tenha 180 bilhões em seu patrimônio, porém, esses recursos são corrigidos pela TLJP – Taxa de Juros de Longo Prazo e que é abaixo dos índices inflacionários, tais como o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

Assim, no longo prazo as perdas são enormes e, também, como as empresas acessam esse Fundo, deveriam remunerar o FAT numa proporção maior. Isso nunca foi regulamentado.

Por outro lado, o conselho do FAT é o mais poderoso dentre os demais fundos porque é deliberativo, tripartite e paritário.

Segundo a Resolução no. 63 de 1994, Convenção 88 da OIT, as Comissões Estaduais e Municipais de Emprego deveriam ter elo, mas não tem.

Orçamento de 2014 do M.T.E = 50 milhões; sendo que o FAT repassa ao Ministério 43 milhões = Participação do FAT = 87%.

O Fundo paga 27,7 bilhões de Seguro-Desemprego a cerca de 8,7 milhões de trabalhadores. Os outros 13% também operam com recursos do FAT pela SIT e esta também opera com algumas ações com recursos do FGTS.

O FAT tem tido muitas dificuldades financeiras e com uma previsão de déficit de 19 bilhões de reais para esse ano. Teoricamente a União tem que entrar com esses recursos. No ano passo o déficit foi cerca de 5 bilhões. Daí a União autorizou o FAT a obter os recursos do patrimônio. Assim, se usar os recursos para o pagamento do dia a dia, no fundo haverá menos recursos de rendimentos.

E, 5% pela taxa SELIC será um recurso elevado. Seriam 500 milhões que entrariam a menos no ano seguinte.

O FAT sofreu muito com a DRU – Desvinculação das Receitas da União que tira 20% dos recursos e que são 9 bilhões que deixam de entrar no Fundo deste de 1996. Ou seja, mais de 90 bilhões e pela taxa SELIC já seriam outros 9 bilhões que deixam de entrar no Fundo.

O FAT sempre foi superavitário e o dinheiro da desvinculação ia para programas de socorro aos bancos na época de FHC e agora vai, em tese, para as políticas públicas.

Ademais, tem os gastos tributários que são as isenções. Nesse ano, quando a DRU tirou 9 bilhões do FAT o governo, também, deu de isenções de PIS – PASEP – 9 bilhões e outras.

O FAT tem dado muitos recursos fora do M.T.E. Há outro fenômeno que deixou o FAT em situação difícil que foi o crescimento formal.

Houve um aumento significativo do emprego formal concentrado nos últimos dez anos. E isso gerou vários problemas por causa do pagamento do Seguro-Desemprego.

Em decorrência disso, os recursos estão diminuindo para as Unidades do M.T.E.

Também, os SINE etc. têm funcionado com recursos dos estados e municípios. Daí, os SINE etc. com uma estrutura boa e o M.T.E sem uma estrutura definida e nada parecido com o que ocorre no INSS com a mesma rotina e padrão.

Todavia, o sistema é muito ineficiente. Assim, quem olha o problema pela nação com 1 trilhão de orçamento e outros problemas num M.T.E, jogou para outro Ministério forte para a resolução dos problemas.

Esse é a parte dos problemas de hoje, afóra os convênios etc. O fato é que o CODEFAT é quem manda nessa estrutura. As regras gerais não deram conta de dar ordem no sistema porque está muito ruim. Temos muita gente no mercado de trabalho e mais que dobraram os problemas. Após muitos anos o setor formal ficou maior que o informal.

São políticas sociais chegando ao mercado de trabalho, mas essas são vinculadas à CTPS. É o que se chama de Cidadania Regular.

Pergunta: Haja vista o que dispõe a constituição para a manutenção do patrimônio do FAT vinculado pelo BNDES, valores elevados para o pagamento do Seguro-Desemprego e as fraudes em face da informalidade para o pagamento do SD, o CODEFAT já propôs um Mandado de Injunção para a regulamentação da manutenção dos recursos ao BNDES, se houve a proposta da ampliação do número de meses para o pagamento do SD nesse período de quase Pleno Emprego, se a representação sindical propôs outra ação ou se reuniu alguma vez para as medidas judiciais e políticas para a prevenção desses riscos previsíveis.

SISTEMA ÚNICO DE TRABALHO

AS ENTRELINHAS

DOIS GRANDES PROBLEMAS:

1. O Sistema Único de Emprego tem a Lei no. 7.998 e o restante são resoluções do CODEFAT e este é um instrumento jurídico fraco em relação à lei. Sempre se procurou atrelar o tripé Qualificação, Emprego e Intermediação, mas nunca tiveram conexão porque faltou articulação e nunca teve cara única. Os convênios

só visam as prestações dos serviços, mas o convênio é muito mais complexo, pois há a necessidade de se verificar todos os detalhes.

2. Para sistemas mais complicados precisa de pessoal qualificado.
3. O pagamento do convênio também é complicado. E, os estados e municípios, quando enfrentaram os problemas dos convênios contra o M.T.E, trouxeram pressões sobre os primeiros. Quem atendia na ponta não era a União, mas os estados e municípios. A União é responsável por um pedaço pequeno da ponta. A pressão vem dos estados e municípios e se destina objetivamente à transferência automática de recursos, porque não gostariam de ser convênio. Querem segurança jurídica, uma regra para todos, ou seja, regulação geral para contratação de empregados etc. A tendência é manter certa cara estadual e federal com articulação, a relação dos entes, quem define, o que é da União, participação financeira de cada um.

O motivo de tudo além da constituição é porque existem as Convenções da OIT nos. 81(inspeção), 88 (sistema público e gratuito de emprego), 142 (constituir e articular em um sistema público de emprego), 160 (manter um sistema de estatística de trabalho: CAGED, RAIS, e Social, Fundacentro). Isso é a base de tudo para entrar na discussão.

Convenção 88 da OIT - O controle é local, com escritórios locais e com escritórios regionais e em número suficiente para servir cada uma das regiões geográficas do país, e comodamente situados para os empregadores e empregados, comissões consultivas, art. 6º. etc.

CONGRESSOS DO SPETR de 2004 e 2005.

Os problemas são antigos. Fotocopiar a parte que trata do SINE.

1ª. Conferência Nacional do Trabalho Decente.

Eixo 3 SPE e Eixo 4 do Diálogo Social são os mais importantes para o debate do SUT.

O mais importante é que foram acrescentados cooperativas, emprego verde, Economia Solidária, agricultura familiar, inclusão produtiva de grupos vulneráveis, e pautado pelo diálogo social, não só incluir o tripartismo clássico, como a sociedade civil e os grupos retrocitados.

Fonte de pesquisa para o debate: Estudo Dieese – 2005 na época da Conferência.

Ver Resoluções nos. 477 de 2006, 557 e 563 de 2007 do CODEFAT. Fizeram essas sem as mudanças na legislação. Há uma publicação de Todeschini e publicada pela LTr que diz a respeito da necessidade de uma nova legislação e da nova carreira. Há uma minuta de projeto de lei nesse livro que é muito importante para o debate.

Em nenhum momento se falou de sistema único na Conferência Nacional do Trabalho Decente. O pano de fundo é que houve os escândalos, novo Ministro do Trabalho e Emprego, a mesma fala do resgate do protagonismo do M.T.E, criou-se um grupo de trabalho para a saída para o M.T.E.

Criou-se um grupo de trabalho do PL do SUT – Portaria no. 1.879 de 2013. O pensamento era agregar tudo. O FONSET e Ministro é que articularam em primeira mão, após foi articulado com as secretarias. Esse GT era pra ser apenas governo e FONSET e convidado alguns municípios para elaborar um projeto lei. Mas, como é difícil algo fechado, alguns atores da sociedade e do CODEFAT exigiram que tivessem membros no GT. O M.T.E abriu 4 vagas. 2 patrões e 2 trabalhadores. Entraram só duas centrais, mas outras também queriam. Das centrais todas, as que foram convidadas e que foram designadas, mas foi só um assessor da CUT.

O secretário da SPPE é um ex-gestor do SUS. O GT conheceu o modelo do SUS, SUAS, FONSET, modelos do SINE de Mauá e Bahia.

Após quatro meses fizeram o modelo. O M.T.E tinha uma idéia, mas não tinha um projeto o qual foi construído no debate acima. O debate foi aberto e democrático no grupo.

O FAT elabora com o M.T.E a proposta do orçamento do ministério. Vai para a proposta orçamentária do governo. O governo faz os primeiros cortes porque a prerrogativa final é da presidenta. E, o congresso dá a palavra final.

Quando sai do sistema público e vai para o sistema único mexe-se com todo o sistema e reformula o CODEFAT.

Daí, a cabeça não seria mais o CODEFAT, mas o Fundo Nacional do Trabalho e este não é regulado por lei. Tem-se um problema insolúvel de como funcionará. O Ministro disse que funcionará como o SUS e que o CODEFAT não acabaria. Houve muita discussão sobre a questão do concurso público e as tensões foram muitas. Mas a tensão fundamental foram as do FAT e FNT – Fundo Nacional do Trabalho.

AÇÕES E SERVIÇOS e GESTÃO DE PESSOAS

Cuidado que existe a possibilidade da contratação por meio da CLT.

Compromisso do Ministro de que o texto irá para consulta das entidades sindicais dos trabalhadores e patronais, após irá tirar um texto elaborado para consulta pública. Serão recebidos todos os consensos e dissensos na consulta pública. O Ministro pegou o resultado do GT e que não é aquele exatamente, mudou algumas coisas. O texto original é diferente deste porque não apresenta os dissensos. Enviaram para todos os governadores, prefeitos, conselhos. Daí, o Ministro descumpriu uma parte do acordo porque atrapalhou o processo. Quando atrapalha o processo contribui para minar o processo; além disso, terá a eleição.

O Ministro alardeia que o projeto teve a participação das centrais, mas não é verdade, porque só foi um assessor de uma central e sem uma discussão mais ampla. Não houve uma discussão bilateral do M.T.E. e Centrais.

É necessário um ajuste do sistema, mas não necessariamente para o sistema ÚNICO de emprego.

Em nenhum momento há previsão da manutenção do CODEFAT, porém o Ministro não quis conversar acerca disso.

Tudo o que está nesse projeto é da cabeça do Ministro.

Há a extinção do CODEFAT no projeto e é perigoso, porque o Conselho manda e é um empecilho para o Ministério, pois a sociedade civil derrota o Governo. Ou seja, há uma estratégia para acabar com o CODEFAT.

O Sistema Único implodiu-se no caminho da discussão. Quando chama todas as secretarias para o SUT uma delas passa a mandar nas outras, no caso, a SPPE será a superpoderosa acima das demais.

Agora surge o imbróglio de jogar a “criança fora com a água”.

Existem três possibilidades: Sistema Nacional de Emprego, Sistema Único de Trabalho ou ficar como está.

DEBATES DOS SERVIDORES ADMINISTRATIVOS E AFTs

O que está na agenda política é maior que as corporações dos servidores e que envolve vários setores.

É o momento de colocarmos nossa agenda na pauta porque as várias entidades têm tem ido para o enfretamento sindical contra o desmonte do M.T.E.

Condicionar qual alteração ao fortalecimento do M.T.E em qualquer debate. Esse projeto do Ministro é um engodo porque o governo tem as restrições fiscais.

Todavia, devemos resgatar o debate do Sistema Nacional de Emprego ao invés do Sistema Única do Trabalho.

O SINAIT realizou uma assembleia nacional para discutir os reflexos deste projeto. Houve dois encaminhamentos – 1. Onde se colocariam os AFT e os Administrativos. 2. Os AFT estão do mesmo lado dos Administrativos porque não interessa a ambos que um dos lados serem cooptados. Assim, que as entidades desfaçam na base quaisquer desinformações de que o SINAIT faria algo para beneficiar a essa entidade apenas.

É impressionante como o governo descarta os atores principais. E nesse projeto não tem lugar para nós.

Se não fosse uma colega do Paraná a qual descobriu o projeto nós não estaríamos aqui. As entidades que falam em nosso nome não consultam os trabalhadores acerca do que ocorreu nessa representação.

A população foi às ruas para defender os serviços públicos e não repassar o dinheiro para os convênios.

Por que o governo não discute temas caros aos trabalhadores, no entanto, como forma de burlar o TAC para a contratação somente por intermédio de convênios. É uma forma de burlar o TAC.

Na verdade não foi aprovado nada na 1ª. Conferência Nacional do Trabalho Decente. A inspeção está acabando em alguns países da América Latina e a esquerda está aceitando esse fato. A FUNDACENTRO foi esvaziada. Os encaminhamentos da Conferência não foi deliberada e foi algo imposto.

O SUS municipaliza a saúde e os prefeitos fazem o que querem. E, o SUT irá para o mesmo caminho.

Os secretários municipais não interessam discutir acerca dos servidores da saúde e muitos servidores ficaram doentes.

A Convenção no. 81 preceitua que os servidores deverão ser organizados em estatutos, mas os municípios e estados terceirizam os serviços.

Há consenso que antes de tudo deve haver o fortalecimento do M.T.E para depois tratar de um sistema nacional de emprego, não único.

ENCAMINHAMENTOS:

1. Rejeição do projeto do SUT, dentre outros motivos, porque viola a Constituição e as Convenções nos. 81, 88 e 160 da OIT, fragiliza as SRTes, GRTEs e ARs, precariza a situação funcional dos servidores do M.TE, permite a terceirização no M.TE burlando TAC entre o MPOG e o MPF; - 2005 ou 2006. Antes de quaisquer mudanças tão complexas como a que sugere um Sistema Nacional de Emprego, é essencial que se fortaleça e dote o órgão de um quadro de pessoal valorizado e ampliado. conforme as competências Constitucionais, das Convenções retro citadas da OIT e, enfim, porque ameaça a inspeção do trabalho, que estaria submetida a um conselho integrado por representantes patronais e comprometendo as garantias dos direitos trabalhadores;
2. Exigência do fortalecimento do M.TE considerando as demandas já reivindicadas e atuais de seus servidores e as necessidades dos trabalhadores do país;
3. Criação do Fórum Nacional Permanente dos servidores do M.TE, composto por seus servidores e suas representações nacionais;
4. Manifesto conjunto pela rejeição do SUT – minuta apartada;
5. Criação da Lei Orgânica da Fiscalização do Trabalho e do Plano de Cargos e Salários para os servidores administrativos, haja vista que a inexistência da LO e do PCS acima impedem as ações das políticas públicas e as de apoio à inspeção do trabalho, fragilizando o órgão, os interesses e garantias dos trabalhadores do país;
6. Reposição de servidores mediante concurso público em decorrência da insuficiência de pessoal do quadro permanente para atender as demandas em face das relações de trabalho e emprego a uma; e a duas, em decorrência da alta rotatividade de servidores administrativos, em função das desvalorizações e das precárias condições de trabalho;
7. Realização da Conferência Nacional para discutir o Sistema Nacional de Emprego e o fortalecimento do M.TE promovida pelas entidades sindicais nacionais que representam esses servidores; precedida de uma plenária nacional que definirá o formato do evento retro citado;
8. Criação de *egroups* dos integrantes desse debate e aberto para a base;
9. Condicionar qualquer debate sobre a concepção de política de trabalho e emprego à imediata e preliminar política de fortalecimento do M.TE;
10. Que qualquer debate sobre o desenvolvimento e a decisão de novas políticas conduzidas pelo M.TE seja previamente garantida amplamente a participação de seus servidores de carreira;
11. Exigir do Ministro a imediata instalação da mesa nacional de negociação dos servidores do M.TE com as entidades representativas de seus servidores com estas reivindicações e as demais já enviadas pelas respectivas entidades acima;

12. Realizar campanha conjunta informando a sociedade geral os prejuízos e ameaças às garantias e direitos dos trabalhadores em razão da precariedade existente no M.T.E. e as interdições das SRTes;
13. Orientar as entidades acerca da criação de fóruns ou frentes nos estados pela a defesa do M.T.E;
14. Que o M.T.E envide todos os esforços perante a Casa Civil e Presidência para a Regulamentação da Convenção 151 ouvindo as representações nacionais dos servidores públicos federais.

MANIFESTO:

As entidades representativas dos servidores públicos federais – CONDSEF, FENASPS, CNTSS e SINAIT concluindo o seminário realizado no período de 08 a 10 de agosto, em Brasília, apresentam o seu posicionamento de rejeição absoluta em relação à proposta apresentada pelo MTE de criação do Sistema Único de Trabalho – SUT.

A rejeição à proposta do SUT fundamenta-se nos seguintes aspectos:

1. ausência de participação das entidades representativas dos servidores no grupo que elaborou o referido documento.
Fomos surpreendidos com um documento pronto, que implica em profundas mudanças nas atribuições do MTE e em nossa vida funcional.
Somos os executores das políticas, estamos em contato permanente e direto com os trabalhadores que atendemos, mas não fomos consultados e sequer tomamos conhecimento prévio e não sabemos as motivações para a sua proposição pelo MTE.
2. A proposta apresentada é um documento, inconsistente juridicamente, que pode aprofundar a terceirização na prestação de serviços públicos, desprovido de lógica na sua concepção, confuso e ambíguo na definição de competências e condições de operacionalização.

Essas deficiências irreparáveis refletem, no mínimo, o desconhecimento dos seus autores quanto às políticas e ações sob a responsabilidade do MTE.

Estamos convictos e denunciaremos que o SUT não promoverá nenhuma melhoria na qualidade e efetividade das políticas públicas direcionadas para a promoção do trabalho decente e para a assistência às trabalhadoras e trabalhadores brasileiros.

O nosso posicionamento é que a participação das entidades representativas dos servidores é fundamental na construção de qualquer proposta sobre a organização, funcionamento e atribuições do MTE e que qualquer mudança deve partir, necessariamente, do fortalecimento e melhoria das nossas condições de trabalho e da estrutura física das nossas unidades em todo o país.

Não faz sentido e não terá nenhuma efetividade propostas que desconsiderem a nossa participação, legitimada pela experiência e compromisso, e a urgente necessidade de revitalização do MTE, com o aumento imediato do nosso quadro de servidores e com a reconstrução e aparelhamento das superintendências, gerências e agências.

Avaliamos que com a nossa efetiva participação e com um MTE fortalecido é necessário pensarmos, todos juntos, na criação de um Sistema Nacional de Emprego, como está previsto no artigo 22 da constituição federal e na Convenção no. 88, da OIT.

Sistema Nacional de Emprego estruturado para promover a articulação, integração e universalização das políticas públicas de trabalho e emprego, nas esferas da União, Estados e municípios.

A criação do sistema nacional de emprego deverá ser o resultado de uma reflexão sistematizada, madura, que leve em conta as especificidades funcionais, as experiências e

os conhecimentos acumulados e as transformações recentes que precarizam as relações de trabalho e emprego.

Reafirmamos que estamos alertas e mobilizados para o enfrentamento e a rejeição da proposta de criação do SUT e para a melhoria imediata das nossas condições de trabalho. O fortalecimento imediato do MTE, com o aumento do quadro via concurso público, a capacitação de servidores, melhoria das condições de trabalho e da estrutura física são os nossos objetivos comuns e são, também, indispensáveis para a universalização e efetividade das políticas públicas de promoção do trabalho decente e de proteção aos trabalhadores brasileiros.

OUTROS ENCAMINHAMENTOS QUE SERÃO DELIBERADOS NOUTRA OPORTUNIDADE:

- Realizar o levantamento no âmbito do SUS, evidenciando as mazelas, como fraudes, ineficiência dos serviços, precariedade dos servidores do Ministério da Saúde, privatização de serviços e aprofundamento na análise jurídica referente à implantação do SUT espelhado no SUS.
- Políticas de combate ao assédio moral etc. no M.T.E para coibir essas práticas no órgão;
- Debates sobre as competências acerca das competências dos cargos para o futuro plano de carreira e com a previsão de subsídios nos moldes da carreira da auditoria e extensiva aos aposentados e pensionistas.

Brasília-DF, 11 de agosto de 2014.

CONDSEF, FENASPS, CNTSS e SINAIT